

INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ERA MULTIPOLAR: o papel do foro de São Paulo na construção das democracias populares na América do Sul
*REGIONAL INTEGRATION IN THE MULTIPOLAR ERA:
the role of the São Paulo's forum in the construction of popular democracies in South America*
Anselmo Alves de Souza e Cabral¹

¹ Formado em Geografia, Mestre em Planejamento Urbano e Regional - Prof. Geografia na PMSJC - geoeducador01@gmail.com

Recebido em 25 de dezembro de 2017; Aceito em 26 de abril de 2018.

Resumo

A América Latina viu ascender ao poder vários governos progressistas, em especial no cone sul, com destaques para países como Argentina, Bolívia, Venezuela e Brasil, dentre outros. Tanto os novos governos, quanto sua nova de forma de integração regional, marcada pela ideia de autonomia política e econômica, significando isso a não submissão aos interesses das potências mundiais, foram possíveis em grande medida pela presença e atuação do Foro de São Paulo, organização supranacional, criada no início dos anos de 1990. Consoante ao colocado, o artigo objetiva abordar o processo de integração regional, mediado pela agenda do Foro de São Paulo. Para tal, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, e metodologicamente, busca-se descrever, comparar, relacionar e tratar o surgimento de vários governos na América do Sul como fenômeno ligado à atuação do Foro de São Paulo, de uma agenda pensada, discutida, planejada e aplicada no continente, como modo de reação, inserção e participação da Nova Ordem Mundial.

Palavras-chave: Integração Regional, América do Sul, Foro de São Paulo.

Abstract

The Latin America saw rise to power various progressive governments, particularly in the southern cone, with emphasis in countries such as Argentina, Bolivia, Venezuela and Brazil, among others. Both new Governments, as your new form of regional integration, marked by the idea of political and economic autonomy, meaning that submission to the interests of the world powers, were made possible largely by the presence and activities of the Forum Sao Paulo, supranational organization, created at the beginning of the year 1990. According to the article aims to discuss the regional integration process, mediated by the agenda of the Forum of Sao Paulo. For such use of bibliographical research and methodologically search, describe, compare, relate and treat the emergence of several governments in South America as a phenomenon linked to performance of the Foro de São Paulo, an agenda designed, discussed, planned and applied on the continent, as reaction mode, insertion and participation of New World Order.

Keywords: Regional Itegration, South America, Sao Paulo Forum.

INTRODUÇÃO

Saint Just, jovem participante da Revolução de 1789, certa vez afirmou: _ “Le dix-huitième siècle doit être mis au Panthéon¹.” Considerando sua sentença para efeito de reflexão, como pensar o século XX, seus eventos, e como abordá-los a fim de compreender o presente século XXI? Utilizando como fio condutor para sanar tais questionamentos, partilhamos metodologicamente da visão do historiador Eric Hobsbawm, ao considerar o século XX como breve, destacando como marcos fundadores os eventos que se iniciam em 1914, e se encerrando por volta de 1991. Do mesmo modo entendemos que os acontecimentos anteriores ao século XX, como a Revolução Industrial, o Neocolonialismo, Imperialismo e Expansionismo europeu para a África e Ásia são marcas inerentes ao conteúdo e forma do breve século XX.

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou, (HOBSBAWM, 1995, 15).

Seguindo ainda os mesmos passos, entendemos os eventos que marcaram o século XX, como o surgimento das grandes alianças político-militares, as grandes guerras, a Guerra Fria e sua ordem bipolar, de fundamental importância para os acontecimentos que moldam o recém século XXI, com destaques para a reorganização e reestruturação de forças políticas, após o advento do colapso do mundo soviético e de seu socialismo. Assim, buscamos identificar os moldes do passado, na nova condição em que o mundo vive, marcado pelas características do novo tempo expresso no século XXI, pelo domínio da economia liberal, pela velocidade da informação, pela globalização econômica, política, cultural e social.

Diante do colocado buscamos compreender e relacionar o processo de integração regional na América do Sul, como um continuum da reestruturação de forças políticas abaladas pelo fim da Guerra Fria, e em termos de método, na contraposição à visão e ao discurso sobre o período, opondo-se com destaque à ideia de fim da história, de seus marcos simbólicos e fundadores, preteridos pelo êxito do Bloco Capitalista, ressaltando que tal visão pode, em certa medida, dificultar a apreensão dos acontecimentos no mundo atual, como se pode observar.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, funciona como o marco simbólico para um mundo que entra em extinção. Isso porque do final da Segunda Guerra Mundial até esta data, o sistema político internacional esteve organizado em torno de dois grandes blocos, controlados, respectivamente, pelos Estados Unidos e União Soviética. (BARBOSA, 2006, p. 82).

A consideração de um mundo extinto, na nossa visão, pode vir a obscurecer as inúmeras relações entre os Estados, sua organização e articulação próprias, em virtude de considerarmos que o porvir foi moldado pelos agentes e acontecimentos do passado, e que muitas formas políticas mudaram, mas não seu conteúdo total, sua essência. Assim não entendemos o período atual da história como uma página em branco, tela a ser pintada na “desordem capitalista”, como expresso por Francis Fukuyama, funcionário do Departamento do Estado, num artigo intitulado “O Fim da História”. Esse artigo provocou grande controvérsia, pois pretendia que a história do pensamento sobre os princípios fundamentais que governam a organização política e social estaria terminada através da vitória do liberalismo político e econômico. Isso marcaria não só o fim

da Guerra Fria, mas a prevalência de um formato político-social com características de “sustentabilidade” e “universalidade”. (CAMPOS, 1991 *apud* MERQUIOR, 1991, p.23). De maneira oposta a estas visões, pensamos o processo de reestruturação das potências solapadas pelo desmonte soviético, seja do caso russo, chinês ou dos países latino americanos, os progressistas em especial, como parte de um grande movimento de forças vinculadas ao passado recente, e não terminado, dando ênfase no Foro de São Paulo como um agente continuador, à sua maneira, dos processos paralisados inicialmente pelo fim da Guerra Fria. E daí ainda considerar que o presente está todo impregnado do passado, como um continuum², e não como um recomeço a partir de uma cisão, considerando, então, a presença dos agentes do século XX, no que tange à Guerra Fria, ao progressismo mundial, no século XXI, como parte da ‘re-estruturação’ de velhas e novas forças.

Diante disso, esse artigo busca prospectar relações, objetivando expor os agentes construtores da nova engenharia política, destacando sua ação na escala do lugar, no contexto regional, através da observação dos fenômenos políticos que seguindo agenda bem definida assumiu o poder na América do Sul, a fim de realizar seu programa político e ideológico, marcado pela redução das assimetrias e aumento das autonomias no campo político, das disputas mundiais pelo poder, como tratado por Campos (1991, *apud* Merquior, 1991, p. 25), quando diz que as duas potências buscaram a seu modo sua forma política e social estável para seu projeto individual, e é no âmbito desse projeto que se desenrola a reorganização das forças dominantes. Dentro desta ótica inscreve-se este breve estudo sobre a América do Sul e os governos que se instalaram no continente nos últimos anos, em especial a partir dos anos 2000, em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Bolívia, observando o desenrolar das políticas externas no cone do sul, destacando que as transformações possibilitadas pelo novo momento histórico marcado pela globalização e o fim da Guerra Fria construiu um jeito “novo” de se pensar as relações com os países do continente, e também da própria maneira de cada nação de se pensar como tal e se apresentar diante do novo quadro que se vislumbrou, fundado na redução das assimetrias políticas e no fortalecimento da chamada autonomia.

Avançando o entendimento do conceito [de autonomia]. Fonseca Júnior (1998) argumenta que a diplomacia brasileira no período da Guerra Fria se caracteriza pela autonomia pela distância. Já na década de 1980, esta mesma diplomacia ganharia uma nova roupagem em virtude da democratização brasileira, ao final da Guerra Fria, da aceleração do processo chamado de globalização e da entrada de “novos temas” na agenda internacional (questões ambientais, direitos humanos, reforma do sistema internacional de comércio). Em suma a própria ideia de autonomia ganharia nova conotação. Segundo o autor, a primeira expressão seria a de manter distância em relação às ações e aos valores do Bloco Ocidental; significaria uma atitude crítica em relação as superpotências. Por outro lado, a autonomia, no mundo contemporâneo, não significaria mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, segundo Fonseca Júnior (1998), a autonomia se traduziria por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda participando dos processos decisórios. (VIGEVANI; RAMANZINI, 2014, p. 523).

Frente ao que foi exposto, os objetivos do presente artigo são abordar o processo de integração regional, diante de uma nova possibilidade de ação, observando a relação e aproximação política dos países que compõem o cone sul a partir do fim da Guerra Fria, da disseminação do capitalismo, da globalização, do neoliberalismo nos países de economia periférica. Destacando também o papel do chamado Foro de São Paulo, considerando este como fator determinante na reestruturação e organização dos países da América do Sul, como estratégia política, econômica de inserção e redistribuição de poder no cenário regional, fazendo uma

breve descrição tanto dos governos, quanto do próprio Foro de São Paulo no continente, se imiscuindo de qualquer análise crítica, assim objetivando tão somente retratar de modo breve o espectro político na América do Sul.

O estudo justifica-se pela necessidade de melhor caracterização do novo projeto de integração regional no cone sul, e por trazer à luz o Foro de São Paulo, ressaltando-o como ator principal e articulador das forças políticas no continente, por meio de seus vários congressos e formas de articulação. Baseando no tipo de pesquisa utilizada (bibliográfica), o trabalho desenvolver-se-á buscando identificar a relação existente entre os vários governos empossados na América do Sul, dando destaque às suas características comuns, seja na forma de governar, ou de suas plataformas políticas. Para isso o artigo será composto de duas seções principais/centrais, antecedidas por uma introdução destacando a visão histórica adotada e na primeira, item discussão, será feito um apanhado dos governos na América do Sul, destacando seu caráter progressista. Assim observar-se-á países como Argentina, Bolívia, Venezuela e Brasil elaborando uma descrição breve de cada um, para em seguida os comparar, destacando suas semelhanças. Na segunda seção buscar-se-á desenhar o papel do Foro de São Paulo como agente central no processo de integração regional, frente as possibilidades abertas pelo século XXI com o desmonte da União Soviética, representada pelo fim da Guerra Fria, expressa pela queda do Muro de Berlim.

DISCUSSÃO

Democracias populares³ na América do Sul: a emergência do progressismo e o fortalecimento dos Estados no continente através do novo formato de integração regional

Na última década, a América do Sul, viu ascender ao poder inúmeros governos progressistas, assistiu este evento impressionada pela “coincidência” na forma destes governarem, nas pautas e programas comuns⁴. O discurso durante esse período, de renovação na política sul-americana, foi marcado por temas ligados a questões sociais, como desemprego, moradia, fortalecimento das instituições democráticas e justiça social por intermédio da maior atuação e presença do Estado. A motivação para tais ações esteve ligada a vários processos que se encerraram no final da década de 1980, como a retomada da democracia no continente, com o fim dos regimes militares; o fim do aparato soviético, com seu símbolo maior a queda do muro de Berlim; o vácuo de poder e a ascendência nos países, da onda neoliberal, do chamado Estado mínimo, da força do capital, tudo acelerado pelo processo global, que colocava os países na grande disputa mundial, agora, pela via do mercado. Assim, fortaleceram-se modelos de cooperação regional, através dos denominados blocos econômicos, cujo objetivo era inicialmente estreitar vínculos regionais, para que cada nação pudesse se ‘re-estabelecer’ e participar ativamente da nova ordem mundial que emergia.

Dessa maneira os países do cone sul, cada um a seu modo, iniciou a implantação de seu projeto político, social e econômico, que culminou no início do século XXI com a ascensão das chamadas novas democracias populares. O exemplo primeiro a ser tratado aqui é a nação mais austral do continente, a Argentina, o seu Kirchnerismo, período em que o país foi comandado por Néstor Kirchner e em seguida por sua esposa, Cristina Fernandez Kirchner, indo de 2003 com a eleição dele, até a saída dela no início de 2016, depois de ser eleita em 2007, sendo ao todo 15 anos de liderança.

As condições para tomada de poder pelo kirchnerismo no plano internacional e regional, eram as já mencionadas, agora no plano interno, o país erra arrastado pela crise econômica e social, pelo distanciamento dos setores políticos, das demandas tidas como mais populares. *“El gobierno de Kirchner se desarrolló en un marco social heredado de las crisis de 2001, en donde algunos actores sociales conservaron las modalidades de acción coletiva que les permitió – esa es su lectura – hacer visibles sus demandas.”* (RAUS, 2008 *apud*

MOREIRA; BARBOSA, 2010). Depois de inúmeros problemas, como a bancarrota do país, assume o governo sem total apoio da população Néstor Kirchner. *“El nuevo gobierno fue resultado de la desarticulación de la alianza social, de la ruptura simbólica entre el Estado y la sociedad, de la fragmentación política de las formaciones tracionales y de una elección sin grandes mayorías claras”*. (MOREIRA; BARBOSA, 2010).

A solução encontrada para a retomada da aliança nacional e a capacidade de governança foi a criação de um grande pacto com vários setores da sociedade argentina, projeto que culminou com a transformação da figura do presidente diante da opinião pública, recorrendo a medidas populistas e aos velhos símbolos nacionais, expresso principalmente pelo neoperonismo. Assim Néstor Kirchner prepara o terreno político para transformações mais profundas, do ponto de vista sociopolítico, que culminará com a eleição de sua esposa, Cristina Fernandez Kirchner, em 2007.

En 2007, al final de su mandato, Néstor Kirchner lucía como un presidente popular y legítimo, con el apoyo de casi todos los gobernadores, y con una mayoría propia en el parlamento, a partir de la presentación y triunfo de las listas K en las elecciones legislativas del 2005. Además, controló a su partido y organizó por fuera del mismo una fuerza propia (el Frente para la Victoria), a partir de la idea de transversalidad, esto es, el alineamiento junto a sectores peronistas propios, del progresismo y hasta figuras de la izquierda social y política. (MOREIRA; BARBOSA, 2010, p. 194)

Ainda do ponto de vista da governança, o sistema político baseado na chamada “transversalidad”, significando isso a aliança entre partidos políticos, com domínio do parlamento, e a redução do poder de seus adversários políticos, em especial aqueles pela influência de Duhalde. Desse ponto em diante a sociedade argentina passa a sentir a presença maior do governo estilo kirchnerista, e as orientações que este tomou no sentido da cooperação regional demonstra a agenda que o governo e o país iriam tomar ao longo da segunda fase do kirchnerismo, com as eleições de 2000. Reynoso (2008 *apud* Moreira; Barbosa (2010), ao analisar o governo dos Kirchner, “dizia que o kirchnerismo, se encontrava em uma posição intermediária, ambígua, entre obedecer, seguir as regras estabelecidas, vigentes, constitucionais, e seu projeto político, sua intenção de governar à margem das regras, das leis do país”. Pondo termo a essa posição, cabe destacar que a marca do kirchnerismo foi, gradualmente, a concentração de poder nas mãos do Estado, orientação que ganhou força no continente, pelo movimento progressista no cone sul.

En tercer lugar, esta afirmación del liderazgo de Néstor Kirchner frente a Duhalde desenboco, en su aspecto más discursivo, en una idea nueva o renovada sobre las políticas públicas, luego de una década dominada por el decálogo del Consenso de Washington. Se hizo énfasis en recuperar el papel del Estado, en reafirmar los derechos humanos, y hubo una lectura del contexto regional a partir dos triunfos de Chávez e Lula em 1999 y 2002. De esta manera, el kirchnerismo decidió sumarse a la ola de gobiernos de una nueva izquierda que cubría el continente. (MOREIRA; BARBOSA, 2010, p. 35).

A orientação política e social demonstra que as ações do governo no plano interno, obedeceu uma agenda implantada na América do Sul, reforçando a ideia da cooperação, que estava além dos fatores puramente econômicos, tornando os países do continente parte de um projeto de reestruturação da forma de fazer política, de se enxergarem e participarem no cenário regional e global, observando o novo momento em que viviam as sociedades diante da nova ordem que se estabelecia. A resposta do governo argentino encontrou eco e apoio nos demais países sul-americanos.

Além do kirchnerismo, outro fenômeno importante no conjunto regional foi o chamado *evismo*, denominação dada às séries de medidas sociopolíticas implantadas por Evo Morales na Bolívia [...] “ el Evo quien logro articular organizaciones y reivindicaciones dispersa”, (QUIROGA; PAGLIARIONE, 2014). O *evismo*, tal qual o que ocorreu na Argentina, tem sua gênese numa série de manifestações, que culminaria com a eleição deste presidente, oriunda das classes populares, indígenas e mineiras do país.

Esta situación también es destacada por el analista y vicepresidente del Estado Plurianacional de Bolívia, Álvaro García Linera, quien acuñó la noción de “*evismo*” para referirse a uma estratégia de poder que buscarían la renovación de la política. La misma es encabezada por Evo Morales em su doble papel de presidente y jefe de la “nueva izquierda indígena (LINERA, 2006 *apud* QUIROGA; PAGLIARIONE, 2014).

Seguindo lógica semelhante ao projeto argentino, a Bolívia entra no século XXI tentando reestruturar sua sociedade, e para não ficar entre a margem do processo legal e a legalidade, como na Argentina (MOREIRA; BARBOSA, 2010), o povo boliviano contemplado pelo novo processo político passa a conviver com uma nova constituição que vinha atender as necessidades do governo e população que se instala no poder (QUIROGA; PAGLIARIONE, 2014). Destacando as circunstâncias históricas, o ocorrido em território boliviano segue, observadas suas particularidades, a agenda que se concentrava no vazio de poder gerado pelo fim formal da Guerra Fria, e o então predomínio do capitalismo neoliberal, potencializado pela globalização. No mesmo trajeto dos projetos argentino e boliviano, o mais radical, a fratura exposta no curso das transformações políticas na América do Sul está, sem sombra de dúvidas, as ações empreendidas pelo *chavismo* e ou *bolivarianismo*, na Venezuela. Mas antes de detalhar melhor esse fenômeno cabe caracterizá-lo, expor sua origem e mentalidade. Em primeiro momento, vale ressaltar que há um consenso sobre o *bolivarianismo* no que toca à sua origem, remontando ao culto oficial⁵ de Simon Bolívar, no século XIX. O *Bolivarianismo*, ou seja, o culto à figura de Simón Bolívar, foi historicamente construído na Venezuela. Desde 1842, quando restos mortais do libertador foram repatriados à Caracas (ARCE; SILVA, 2015). É revisitado nas décadas de sessenta-setenta, através da busca ou ‘re-construção’ do símbolo nacional, que sustentasse um projeto ideológico de futuro para o povo venezuelano.[...] do *bolivarianismo*, cuja elaboração tem início nos anos 1960, quando o movimento guerrilheiro venezuelano começa a se afastar da ortodoxia soviética e inicia o reexame do papel histórico e social de Simon Bolívar, releitura continuada pelo MBR-200 (GOTT, 2004 *apud* SEABRA, 2010, p.212).

Diante do que foi exposto cabe destacar que o *chavismo* pode ser considerado uma incorporação/ apropriação do seu antecessor, e graças a isso, associado ao personalismo do governo na figura de Hugo Chávez, o novo regime vai se consolidar e durar por volta de quinze anos, quando este é eleito presidente, depois de, anos antes, ter tentado um golpe de Estado, frustrado pelos grupos locais. [...] Chávez se colocou no cenário político como um continuador do ideário *bolivariano*. Para melhor evidenciar tal fato, é importante destacar que historicamente houve duas representações de Simón Bolívar: o letrado, pertencente ao Estado e considerado o ‘oficial’; e o de raiz popular, presente na memória do povo venezuelano, (SEABRA, 2010, p.134). Em outras palavras, Chávez vai se tornar o Estado e este o próprio Chávez, observando ainda seu grande apelo popular como grande comandante, líder da revolução e da luta contra os ideais neoliberais, o imperialismo dos países do Norte e as elites locais⁶ (MARINGONI, 2009 *apud* SEABRA, 2010. Chávez é não só um líder, mas o principal e praticamente único garantidor do processo político em curso no país. É porta voz central de seu governo, assim como é grande intelectual, formador e estrategista das ações do Estado. Estas características, de grande líder, moralizador, catalizador de todo o processo revolucionário teve forte vínculo com sua origem militar, habituado a tomar medidas contundentes e assumir a frente de muitas situações, assim liderou o país durante toda a sua era, que se iniciou oficialmente em 1999, quando

eleito presidente. E durante seu período à frente do governo, mudou a constituição, ampliou a presença do Estado, expropriou inúmeras propriedades por meio do processo de estatização dos meios de comunicação e produção de petróleo. Talvez neste aspecto se diferencie do estilo K⁷ de 'kirchiners' de governar, não tanto no conteúdo, mas na forma. Além disso é importante destacar que sua forma de atuar não se restringiu somente ao seu próprio país. No âmbito regional, na sua política externa, observou-se uma maior aproximação com os países vizinhos, no sentido de reforçar alianças políticas e fazer frente ao imperialismo ocidental. Daí o papel da UNASUL, da ALBA, blocos que ultrapassaram o papel de cooperadores econômicos, e acabaram por se tornar blocos de poder, de cooperação ideológica, antes de tudo.

Durante a era Chávez (1999-2013), a Venezuela desempenhou um papel crítico no tocante a distribuição de poder nos âmbitos regional e internacional, convivendo com um sistema político polarizado. Em quatorze anos na presidência, Chávez se tornou a representação física do regime, pois sua liderança foi essencial em momentos decisivos, sobretudo quando sua permanência no cargo mais questionada. Não há como negar que sua imagem foi difundida como o único capaz de manter o processo revolucionário, o que em termos concretos significava continuar a obra iniciada por Simón Bolívar, (SEABRA, 2010, p. 132).

O modelo de governo implantado na Venezuela, de caráter personalista, segue seu curso, mesmo com a morte do seu ator principal, Hugo Chávez, tendo em vista que o mesmo conseguiu eleger seu sucessor, Nicolas Maduro, que tenta manter a mesma forma de governar do seu antecessor. E no continente a onda progressista tem um grande expoente representado pelo Brasil, e por um governo que vai se caracterizar pela fusão de um partido com o Estado, mediado pela figura de um grande líder de grande aceitação popular, e que teve em seu período o fortalecimento do Estado, mas com ampla participação popular no processo democrático. Olhando para trás, podemos ver que em nossa região a luta social, eleitoral, a ação de governo e a atuação partidária interagiram na luta contra o neoliberalismo de maneira muito mais intensa e eficaz que em outras regiões do mundo. O Partido dos Trabalhadores (PT) deu importante contribuição para isto, tanto prática quanto teoricamente, (POMAR, 2014, p.139). É com tais características que nasce o Lula-Petismo, com a eleição do Presidente Luis Inácio "Lula" da Silva, gerado no movimento sindicalista, sendo ele um operário, metalúrgico, de grande força no movimento sindical do país, com destaque na região sudeste, na unidade federativa de São Paulo, no denominado ABC, que compreende as cidades de Santo André e São Bernardo do Campos, grandes polos industriais, automobilísticos. Assim, em 2012 com sua eleição, o Brasil passa a integrar e liderar o movimento progressista no Cone Sul, e no mundo mediada pela relação umbilical entre Lula-PT-Governo brasileiro.

Tanto o PT, quanto o governo Lula consideram que a integração é um objetivo central de nossa política externa. Nesse sentido, o governo tem buscado acelerar a institucionalização da integração regional, reduzindo a ingerência externa, as desigualdades & assimetrias, seja para atuar internacionalmente como bloco, seja para aproveitar melhor as potencialidades da América do Sul. Esta compreensão de uma integração de amplo escopo constitui o pano de fundo da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004), cujo nome foi posteriormente alterado para UNASUL (2007); (POMAR, 2014, p. 141).

Ainda do ponto de vista da política externa brasileira, o governo brasileiro empregou grandes esforços para consolidar uma política de aliança ideológica-econômica com os países vizinhos. O que reforça tal fato está na reorientação do modo e forma de se vincular aos países do cone sul em detrimento aos países do Norte. Um exemplo está na "guinada", que passou de uma política externa de credibilidade⁸/subordinação

aos interesses do grande capital, para uma relação de autonomia, de estreitamento dos vínculos regionais, como forma de superar as dificuldades impostas pela dependência econômica e política, significando isso não se submeter totalmente às pressões externas, tentando se tornar protagonista de uma nova história. Vigevani e Ramanzini (2014), ao tratar o tema da autonomia, mostram que: Nas produções acadêmicas latino-americana e brasileira sobre Relações Internacionais, a autonomia é uma noção que se refere a uma política externa livre de constrangimentos impostos pelos países poderosos, tanto como objetivo a ser perseguido na ação externa, quanto como conceito explicativo das opções internacionais. Nesse sentido a institucionalização do projeto de integração regional, tem de certa forma um marco com a orientação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL.

Criado em 2004, e em vigor desde 2006 com Decisão CMC Nº 18/05, esse mecanismo político para o desenvolvimento regional baseia-se nas experiências dos fundos europeus, notadamente nos Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e no Fundo de Coesão. No caso do Mercosul, o FOCEM também foi organizado voltado ao combate das assimetrias, porém com a disponibilização de recursos a fundo perdido. Nesse sentido, o FOCEM busca atuar em quatro grandes áreas: a melhoria da infraestrutura e da logística, com os Programa de Convergência Estrutural; a integração e o desenvolvimento das cadeias produtivas, com o Programa de Desenvolvimento da Competitividade; a qualificação dos indicadores sociais, com o Programa de Coesão Social; e o aprimoramento da gestão e das normas regionais, com o Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração. Já com relação aos recursos, o FOCEM foi organizado para que estes sejam doados e distribuídos numa lógica inversa à dos aportes. Ou seja, o Brasil deposita 70% e a Argentina 27%, mas ambos só podem sacar 10%, já o Uruguai deposita 2% e pode retirar até 32% e o Paraguai deposita 1% e tem direito a 48% dos recursos. O fundo já tem cerca de 4 dezenas de projetos aprovados, em valores que se aproximam a 1 bilhão de dólares. (PAUTASSO, 2014, p. 14.)

Como pode ser observado, o projeto de integração regional buscou reduzir as desigualdades sociais e econômicas, através do aporte financeiro empregado no FOCEM, assim as assimetrias entre os países membros seriam diminuídas e o Cone Sul se tornaria mais autônomo, podendo então fazer frente ao grande capital, e suportar melhor as oscilações políticas e econômicas dos países do centro. Nesse sentido, o papel do Brasil foi central, tendo em vista o peso de sua economia na região. Assim, o Lula-Petismo gestou o Brasil e suas relações internacionais. No âmbito interno, o país viu o Estado crescer e criar inúmeros projetos de caráter social, o fortalecimento dos sindicatos, da participação de grupos de caráter popular. Análogo ao que ocorreu na Argentina, com a era Kirchner, na Bolívia com o Evismo, na Venezuela com o Chavismo, tivemos a era Lula-PT, que conseguiu também a reeleição e construção da permanência através de eleição de uma sucessora, a Presidenta Dilma Roussef, dando continuidade ao projeto de integração regional, contabilizando de governo 14 anos (Lula 2003-2011/Dilma 2016).

Os Meandros do Poder e a cartola socialista, com seus coelhos liberais, uma ventana aberta⁹: O Foro de São Paulo como articulador do movimento progressista na América do Sul para a conquista do poder

“O século XXI, será o século de bestas conhecidas”. Tal frase sintetiza bem o desenrolar dos acontecimentos ao longo dos anos. Passadas mais de duas décadas do fim da Guerra Fria e a conseqüente derrocada

do comunismo soviético, os países periféricos viram-se frente-a-frente à avalanche do mercado, representada pela locomotiva neoliberal. Nas regiões subdesenvolvidas, os grupos de orientação progressista ficaram sem seu referencial e suporte principal, o que as levou a pensar uma estratégia para lidar com os novos desafios que se apresentariam e que poderiam significar sua própria sobrevivência, e é nesse contexto que surge o Foro de São Paulo, uma organização supranacional, de representação internacional e ação local-regional, político-partidária e progressista. Segundo Pomar (2013, p. 268) “O Foro de São Paulo foi e segue sendo um dos laboratórios onde se desenha a institucionalidade da integração. Nossa integração é autônoma. Por isso combatemos a integração desejada pelos Estados Unidos, uma integração cujo símbolo é a OEA, subalterna aos gringos.” As palavras expressas demonstram o caráter da organização e mostram seu objetivo que é de superação dos limites impostos pelas condições de economias periféricas, de centros de poder coadjuvantes, assim se observa o anseio de mudar radicalmente a forma e conteúdo no campo das relações internacionais, investindo fortemente no processo de integração pelo viés da autonomia, como já tratado anteriormente.

Assim, no de 1990, nos dias 2 a 4 de julho, em seminário internacional convocado pelo Partidos dos Trabalhadores, reuniram-se na cidade de São Paulo, 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe com os seguintes objetivos: “Analisarmos a situação do sistema capitalista mundial, e a ofensiva imperialista recoberta por um discurso neoliberal, lançada contra os nossos países e nossos povos; avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo impostos. (POMAR, 2000, p.11). Dessa maneira, se inscreve o surgimento do nascedouro do Foro de São Paulo, com seu programa de reflexão e políticas de ação. Podemos concluir que os planos de ação foram encontrando viabilidade ao que passo que membros do Foro de São Paulo foram ascendendo ao poder, e constata-se isto quando se lê as Declarações dos encontros que tratam de processos eleitorais, como por exemplo a Declaração do IV Encontro em Havana, ano de 1993 – Cuba, à época contando com 112 organizações, destacando: “ Diante destes desafios, e no que diz respeito a processos eleitorais no que resta de 1993 e em 1994, várias forças integrantes do Foro disputarão a presidência ou os governos dos seus países, em eleições nacionais, como casos do Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. (POMAR, 2013, p. 47).

Ainda do ponto de vista eleitoral e do êxito nos pleitos, a Declaração Final do XI Encontro, realizada nos dias 2 a 4 de dezembro de 2002 vai expressar:

Soma-se ao triunfo de Lula a vitória de Lucio Gutiérrez, Equador, candidato da aliança Sociedade Patriótica 21 de Janeiro e Movimento Pachakutik, com o apoio do Movimento Popular Democrático, de partidos de esquerda e movimentos sociais. Somam-se também o resultado eleitoral sem precedentes alcançado pelo movimento indígena, camponês, popular e de esquerda boliviano através da candidatura de Evo Morales, o desenvolvimento de novas formas de organização e luta popular na Argentina e o auge do movimento social salvadoreño, peruano e uruguaio contra as privatizações, assim como a luta do povo porto-riquenho para retirar a marinha estadunidense da ilha de Vieques, anunciada para maio de 2003. Aprofundar a integração latino-americana e caribenha significa, antes de mais nada, priorizar a dimensão política e social, mediante a construção de instituições – parlamentos regionais diretamente eleitos, comissões representativas da pluralidade de interesses sub-regionais e de interesses dos povos, etc. – e mecanismos que permitam a formulação e implementação de políticas públicas regionais para enfrentar os problemas causados pelas graves desigualdades estruturais anteriormente mencionadas. (POMAR, p.115, 2013).

Como se pode observar, o papel do Foro de São Paulo é de extrema importância para todo o movimento de esquerda/progressista, não só na América Latina, mas no mundo, e sua forma de atuação através do processo de integração regional, da tomada de poder e ocupação dos parlamentos pelo mundo afora, se fez como parte de uma grande estratégia, a fim de garantir a aplicabilidade de uma série de programas do progressismo no mundo, e nesse sentido a via eleitoral logrou grande êxito. O mesmo Foro de São Paulo completará trinta anos de luta em 2020, tendo em 2017 realizado seu XXIII Encontro anual, com seus mais de 500 partidos, mais de uma centena de organizações que se espalham por todos os continentes do mundo, debatendo e definindo políticas públicas, econômicas e sociais, parte do ideário dos antigos países soviéticos que se tornaram economicamente capitalistas no final do breve século XX, reforçando a tese de continuum histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final dos anos oitenta representou para a América Latina uma janela aberta de possibilidades, com o fim da União Soviética e da Guerra Fria. Abriu-se a muitos países uma nova chance de ação e inserção no campo dos debates, das disputas políticas e econômicas internacionais. Assim o novo mundo, multipolar, que emergia, contribuiu para a reestruturação de grupos, partidos e organizações, em especial as de orientação progressista, dando a elas a oportunidade de rever seu plano estratégico, partindo de um ponto de vista mais próprio, e que atendesse às suas necessidades. Nesse sentido, a eleição na Argentina dos Kirchner, de Chávez, na Venezuela, de Morales, na Bolívia e Lula no Brasil representaram um ponto de inflexão no cenário regional e mundial, o que possibilitou a construção de um novo formato no processo de integração regional, enfrentando o modelo vigente, até aquele momento, marcado pela submissão às potências econômicas, políticas e militares, dando lugar ao modelo de redução das assimetrias e construção da autonomia, no campo do poder político, de fortalecimento dos países do continente, por meio do que ficou conhecido como democracias populares, de viés progressista, sendo possível graças a instrumentos de cooperação política e econômica, como por exemplo o FOCEM, a UNASUL, cujos objetivos eram apoiar financeiramente e ideologicamente os países da região.

Tudo isso foi possível graças, em grande parte a atuação do Foro de São Paulo, organização criada para este fim, no início dos anos 1990, que foi ganhando espaço, e a seu tempo, definindo os programas que foram sendo aplicados a todos os países que faziam parte da organização. Essa instituição, olhada mais de perto, pode ser considerada como supranacional, estruturada em células, distribuídas por todos os países da América Latina, por alguns da África, Ásia e Europa, organizada por comitês centrais e locais, com amplo espectro político no que toca a participação e ação, cujas pautas foram e são debatidas em congressos realizados anualmente em países distintos. Desse modo, observou-se que sua atuação logrou grande êxito, quando se verificou que muitas das lideranças políticas que alcançaram o poder, em especial no continente eram seus membros, e que o processo de integração regional, tomava um novo caráter, seja a redução das chamadas assimetrias e aumento da autonomia, de superação da condição de subordinado aos interesses das potências do Norte, em especial a estadunidense e europeia, daí a forte rejeição ao modelo imposto pela OEA, símbolo da força estadunidense nas relações no continente. Desse modo, podemos concluir por ora, que não houve na América Latina uma coincidência histórica e que os governos dos países no cone sul, como Argentina, Bolívia, Venezuela, Brasil e tantos outros, não subiram ao poder de maneira independente, daí o caráter semelhante dos governos locais, marcados pelo personalismo e grandes partidos, e sim que todos intercambiaram esforços, através do Foro de São Paulo, para mudar os rumos do continente, através de uma nova forma de integração regional.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. HOBBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848. Saint Just Oeuvres complètes; “O século XVIII deve ser colocado no Panteão”.

2. POMAR, Valter. A esperança é vermelha 2005 – 2013; Cartola socialista, coelho liberal. É óbvio que a disputa das eleições e o exercício de governos constituem parte fundamental de uma estratégia socialista, na América Latina atual. Mas constituem parte, e não “a” estratégia. Compreender esta diferença entre o todo e as partes é fundamental. E para esta compreensão, faz-se necessária uma autocrítica partidária acerca do rumo seguido nos anos 1990, (página 235).

3. POMAR, Valter. A esperança é vermelha. “Segundo o autor, isto significa um tipo de arranjo que tem no papel do Estado o centro das transformações sociais, econômicas e políticas, e distribuição do poder, por intermédio da desconcentração de instrumento de controles sociais como mídia e etc.” A expressão democrático-popular pode ter vários significados. Se for no sentido empregado pelas resoluções do PT nos anos 1980, a resposta é: nada. Pois governo democrático-popular, no sentido empregado por aquelas resoluções, seria aquele governo que faz reformas estruturais no país, reformas de sentido antilatifundiário, antimonopolista, anti-imperialista. Se adotarmos um ponto de vista mais amplo, segundo o qual governo democrático-popular seria aquele que adota um modelo de desenvolvimento oposto ao desenvolvimentismo conservador que vigorou no Brasil entre 1930 e 1980, poderíamos dizer que nestes dez anos ensaiamos algo nesse sentido. Mas acho que o mais adequado é reconhecer que nestes dez anos fizemos um governo de centro-esquerda, no interior do qual trabalhamos para superar a herança neoliberal, página 424.

4. MORAES, Wallace dos Santos de. Petismo e Chavismo: Variedades de Capitalismo e de Regulação Trabalhista no Brasil e na Venezuela. No início do século XXI, a América Latina (AL), vive uma profunda transformação política. Chegaram ao Poder Executivo, na maior parte dos países da região, governos identificados com um histórico de base popular, ou operária, ou camponesa, ou étnica, apresentando-se como representantes de maiorias excluídas de participação ativa da política e da economia desses países por mais de 500 anos. Assim, vimos um indígena presidente da Bolívia, um ex-operário presidente do Brasil e mulheres governando nações como Chile, Argentina e Brasil. Somados Esses fatos, os casos de Uruguai, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e Guatemala são exemplos do que a literatura chama de “terceira onda de democratização na América Latina” (Halogan e Mainwaring, 2005; Lanzaro, 2006) ou maré rosa (Panizza, 2005).

5. SEABRA, Raphael. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. Esse prócer foi o personagem mais destacado durante as guerras pela independência das colônias espanholas na América, ocorridas entre 1810 e 1824 quando houve a derradeira Batalha de Ayacucho, e sua influência se estende a vários países na América Latina, em especial na região andina. No entanto, somente em 1883, na presidência de Guzmán Blanco (1870-1888), o culto a Bolívar se tornou algo oficial com um “batismo institucional da religião bolivariana” (Caballero, 2007, p. 23), passando a ser utilizado pelos presidentes venezuelanos no intuito de atribuir a eles as qualidades presentes no libertador (força, moral e liderança), simbolizadas pelo uso da espada de Simón Bolívar. Desde então, o culto a Bolívar esteve presente na vida política da Venezuela e sobreviveu por gerações, pois “sucessivos presidentes e generais [...] prestaram uma obediente homenagem ao libertador” (Gott, 2004, p.136).

6. Ibidem. Chávez alimentava a polarização outorgando uma finalidade radical às suas atitudes e visava legitimar o processo político enquanto algo verdadeiramente revolucionário. Dessa forma, em discurso proferido em abril de 2005 em Havana na ocasião de um encontro contra a ALCA, o presidente da Venezuela refutou a tese da existência de um ‘chavismo’ light; [...] no hay chavismo light, el chavismo es radical, sino nos es chavismo (Chávez, 2005), p. 138.

7. SILVA, Vera Lúcia Correa da, O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández Kirchner (2007-2011). O projeto político e econômico de Néstor Kirchner (e seguido por Cristina Fernández de Kirchner) teve forte influência do modelo peronista dos anos 1970 (o 'setentismo')² e do pensamento autonomista puigiano (SIMONOFF, 2010, p. 409) que se fundamentou na análise da política externa argentina em relação à potência dominante (PUIG, 1988). Com um discurso eminentemente nacionalista, de fortalecimento do Estado e com base industrialista, o governo de Néstor Kirchner buscou diferenciar-se do modelo neoliberal da era menemista. Na política externa não foi diferente. Os pressupostos da Terceira Posição³ como a autonomia heterodoxa, o pragmatismo e o ideário continental (SILVA, 2011) estiveram presentes no discurso e na prática do governo de Néstor Kirchner.

8. PAUTASSO, Diego. Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre a integração regional. O modelo da credibilidade, que caracterizou a atuação durante o governo Fernando Henrique, priorizou as reformas liberalizantes como forma de ingresso do país na globalização a partir da assimilação dos compromissos internacionais. Este modelo baseou-se na concepção de que as insuficiências de poder do país podem ser atenuadas pelo envolvimento nos mecanismos multilaterais. O modelo da autonomia, por sua vez, expressou nitidamente as formas de inserção internacional do governo Lula, cuja prioridade foi deslocada para o desenvolvimento e o fortalecimento da soberania. Para tanto, buscou-se uma ativa inserção internacional voltada a alterar a correlação de forças no mundo, incluindo resistir às pressões das potências mundiais e à promoção de novas coalizões com países periféricos e emergentes (SOUZA, 2009, p. 21-23).

9. POMAR, Valter. As expressões cartola socialista, e coelho liberal e ventana aberta foram cunhadas pelo autor no livro A estrela na janela: ensaios sobre o PT e a situação internacional, e no livro A esperança vermelha 2005-2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Anatólio Medeiros; SILVA, Marcos Antônio da, Revolução e Bolivarianismo na Venezuela na Era Chávez. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.3.n.1,132-135.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado: Política, sociedade e economia**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção Repensando a história).

BOTELHO, João Carlos Amoroso, A democracia na Venezuela da Era Chavista. **Revista Aurora**, ano II, n. 2, junho 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo econômico – Antigo e Moderno**. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

MORAES, Wallace dos Santos de. Petismo e Chavismo: Variedades de Capitalismo e de Regulação Trabalhista no Brasil e na Venezuela. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, abril-junio, 2014, p.359-397.

MOREIRA, Carlos; BARBOSA, Sebastián. El Kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. **Sociedade e Cultura**, v.13, n.2, julio-diciembre,2010, pp.193-200.

PAUTASSO, Diego. Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre integração regional. **Revista Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 13, n.129, jan/fev. 2012.

POMAR, Valter. **A esperança é vermelha**. São Paulo: Treze, 2013.

_____. **A estrela janelada**: ensaios sobre o PT e a situação internacional, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, 280 p.

_____. **Declaração Final dos Encontros do Foro de São Paulo (1990-2012)**. Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, 2013, Brasil, www.pt.org.br

SEABRA, Raphael. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n.2, p. 211-220, jul. /dez.2010.

SILVA, Vera Lúcia Correa da. O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández Kirchner (2007-2011). **Revista Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 13, n.129, jan/fev. 2012.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo, Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v.57, n.2, abril-junio, 2014, p. 517-552. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil.